

PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE ÀS PARASIToses INTESTINAIS

Orlício Onofre de Rezende¹; Jessé Milanez dos Santos^{2, 4}; Natália Marinho^{3,4*}

¹ Graduando em Enfermagem, Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; ² Enfermeiro; Mestre em Enfermagem – UFMS; ³ Doutora em Ciência Animal – UNESP; ⁴ Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

* autor correspondente: nataliamdcoelho2020@gmail.com

RESUMO

As parasitoses intestinais, causada tanto por helmintos quanto por protozoários, está entre as infecções mais prevalentes, principalmente em países em desenvolvimento. Uma das principais causas de morbidade e mortalidade humana, especialmente nos países em desenvolvimento nos quais os padrões de saúde pública não são tão elevados quanto nos países desenvolvidos. Estão associadas a condições climáticas, saneamento deficiente e variáveis econômicas, falta de acesso a água potável, alimentação inadequada e hábitos culturais. Embora seja um sério problema de Saúde Pública, as parasitoses intestinais têm sido tratadas sem muita importância nos dias de hoje. Esse trabalho tem como objetivo elucidar a importância do conhecimento dos profissionais enfermeiros frente às parasitoses intestinais. Para tanto foi realizada uma revisão de Literatura de cunho descritivo no ano de 2020, tendo como principal base de dados o Scielo, onde foi possível demonstrar que o enfermeiro desempenha um papel fundamental na prevenção das parasitoses intestinais por meio da educação em saúde. Conclui-se que o enfermeiro, como coordenador da Estratégia de Saúde da Família (ESF), é o responsável para que aconteçam mudanças no perfil de saúde da população, assim a enfermagem pode atuar na presença de parasitoses intestinais, de maneira criativa e autônoma, ou por meio da educação em saúde, ou na promoção e até mesmo na reabilitação da saúde dos indivíduos infectados por estas doenças. Assim como é preciso que estes profissionais busquem cada vez mais capacitação no tocante ao conhecimento a respeito das parasitoses intestinais.

PALAVRAS-CHAVE: enteroparasitos; enfermagem; saúde pública; prevenção.

1 INTRODUÇÃO

As infecções parasitárias, causadas pelas principais classes de parasitas, como os helmintos e protozoários, afetam o intestino e é considerada um problema de saúde pública. A distribuição geográfica dos parasitas é ampla, ocorrendo em comunidades urbanas e rurais, com mudanças conforme qualquer variação no ambiente e da história de vida do parasita (NORBERG et al., 2014).

Os avanços tecnológicos, a globalização e a interface político-econômica mundial contemporânea não evitaram as imensas adversidades relacionadas à precariedade sanitária e pobreza humana (TEIXEIRA, 2016).

Nesse cenário de diferenças imensas, continuam a perpetuar agravos à

saúde capazes de afetar populações vulneráveis que estão às margens de uma visão ainda pautada no modelo biomédico de se fazer saúde. As abordagens de prevenção de parasitoses intestinais são pouco contempladas. Na grande parte dos indivíduos acometidos os sinais clínicos típicos e com baixa mortalidade para o dano beneficiam a negligência das infecções parasitárias. O que ainda é acentuado por estratégias direcionadas quase sempre ao tratamento insabido de um problema que não é transparente (TEIXEIRA, 2016).

De acordo com Assandri et al. (2018), a transmissão de parasitas intestinais ocorre por via orais-fecais, podem ser transmitidos diretamente (contato mão a mão) ou indiretamente (contato com alimentos ou superfícies

ambientais), conseqüentemente deve estar atento que a mão humana atua como denominador comum na transmissão de parasitas intestinais, é fundamental higienizar bem os alimentos e lavar as mãos adequadamente para evitar contaminação.

Conforme Macedo (2005), as infecções parasitárias intestinais são os principais problemas de saúde em crianças em idade pré-escolar, que leva a desnutrição, podendo ocasionar morbidade nutricional, seguida de estado de diarreia crônica e desnutrição, causando impacto imenso na saúde, no crescimento e desenvolvimento das crianças.

No ano de 2015, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) divulgou que 50,26% da população do Brasil não tem acesso à coleta de esgoto, simbolizando mais ou menos 102 milhões de indivíduos; somente 42,67% têm esgotos tratados no Brasil. O município de Ribeirão Preto, localizado no estado de São Paulo, é apontada como a 22ª cidade no ranking do saneamento das 100 maiores cidades (SNIS, 2015). Nesse contexto, o levantamento epidemiológico realizado no mundo sinaliza que cerca de 50% da população é alvo de enteroparasitos, com maior prevalência na África, Ásia e América Latina (WHO, 2012; Brasil, 2017). Na América Latina, pesquisas revelam que a média de infecção varia entre 30-53%, e calcula-se que cerca de 46 milhões de crianças/adolescentes em idade escolar, entre 1-14 anos de idade, podem ser infectadas por vermes parasitas helmínticos (BRASIL, 2017; NICHOLLS, 2016).

Diante do exposto, este estudo teve por objetivo descrever a importância do conhecimento dos enfermeiros relacionados às parasitoses intestinais com foco para ações de prevenção. Para tanto foi realizada uma revisão de Literatura de cunho descritivo no ano de 2020, tendo como principal base de dados o Scielo.

2 INFECÇÕES PARASITÁRIAS

INTESTINAIS

As infecções parasitárias intestinais são responsáveis por considerável morbidade e ocasional mortalidade entre a população infectada em todo o mundo. Estima-se que cerca de 2 bilhões de pessoas estejam infectadas com parasitas intestinais em todo o mundo (RONDON, 2016). Mais da metade dos indivíduos infectados inclui crianças em idade escolar.

Em crianças, tais infecções, particularmente helmintíase transmitida pelo solo é a causa de problemas de saúde em países tropicais. Crianças mais novas estão predispostos a infecções pesadas com intestino parasitas, uma vez que seus sistemas imunológicos ainda não estão totalmente desenvolvidos (BELO et al., 2012), e eles também costumam brincar nas fezes solo contaminado. Além de mortalidade considerável e morbidade, infecção com helmintos intestinais pode afetar profundamente a mente de uma criança em desenvolvimento, crescimento e aptidão física ao mesmo tempo predispondo crianças a outros agentes infecciosos (PRADO et al., 2011).

A maioria das infecções parasitárias é transmitida por via feco-oral pelo consumo de alimentos ou água contaminados. Muitas infecções parasitárias são zoonóticas, transmitidas de animais domésticos, incluindo gado, ovelhas, gatos, cães e roedores que atuam como reservatório (ROSSI et al., 2014).

Infecções parasitárias por protozoários e infecções helmínticas intestinais são uma causa comum de manifestação parasitária em bebês, crianças, adolescentes, idade reprodutiva e mulheres grávidas (BELO et al., 2012). As infecções parasitárias intestinais são um símbolo de baixo status socioeconômico, afetando predominantemente as pessoas pobres em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (ARUJO FILHO et al., 2011).

As infecções podem causar diarreia, dor abdominal, náuseas e vômitos,

distensão abdominal e perda de peso (MOTA; SILVA, 2012). Os efeitos em crianças são: distúrbios de crescimento, deficiência de vitamina A, anemia por deficiência de ferro e baixo desempenho educacional (CINTRA, 2014). Além disso, podem resultar em complicações graves em pacientes imunocomprometidos, como aqueles com HIV, receptores de transplantes e pacientes em hemodiálise (BRASIL, 2004).

Vários fatores, como condições climáticas, saneamento deficiente, falta de serviço de água potável e de instalações sanitárias são os principais contribuintes para a alta prevalência de doenças intestinais parasitas nos países tropicais e subtropicais (MAIA VILAR, 2017). Além disso, a falta de conhecimento sobre o modo de transmissão aumenta o risco de infecção. Conseqüentemente, uma melhor compreensão dos fatores acima, bem como social, cultural, comportamental e comunitário afetam a epidemiologia e o controle de parasitas intestinais e podem ajudar a projetar um controle eficaz de estratégias dessas doenças (GUEDES, 2016).

3 IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DAS PARASIToses INTESTINAIS

De acordo com dados do Ministério da Saúde (MS), as Unidades Básicas de Saúde (UBS), operando de modo correto, são capazes de solucionar 85% dos problemas de saúde em sua área de atuação, através da promoção da saúde e prevenção de doenças, e cooperando para o aumento da qualidade de vida da população (BRASIL, 2002). As práticas educativas, quando bem colocadas, levam os indivíduos a obterem os conhecimentos de como prevenir e reduzir as enteroparasitoses (FERREIRA; FERREIRA; MONTEIRO, 2000).

É responsabilidade da Estratégia Saúde da Família (ESF) a prevenção e controle das parasitoses intestinais,

evidenciando-se o papel do enfermeiro na Educação em Saúde, Visita Domiciliar e Vigilância Epidemiológica, mediando de modo ativo em favor da melhoria das condições de saúde da população, através de ações de promoção, prevenção, tratamento, reabilitação e recuperação da saúde (FERREIRA, 2018).

A ação educativa do enfermeiro, praticada por meio de grupos de educação em saúde, busca, dentre outros objetivos, a cooperação da comunidade no controle da doença além da criação de um clima favorável para a implementação de medidas de controle contra infecções parasitárias intestinais. Assim, nota-se que o cuidado realizado por tal profissional possui relação direta com a educação, uma vez que o trabalho é colocado em prática na busca do surgimento de maiores possibilidades para a melhoria da qualidade de vida de seus pacientes (FELIPE, 2011).

Os profissionais de saúde devem comunicar pandemias de enteroparasitoses à vigilância epidemiológica, por meio do conhecimento ou acesso à informação, contribuindo ativamente das ações de planejamento e estabelecimento de estratégias de controle de enteroparasitoses. Porém, a maioria das doenças parasitárias não são doenças de notificação compulsória, mas os surtos devem ser notificados aos órgãos locais de saúde (BRASIL, 2005).

Segundo Klebian e Oliveira (2015); o conselho Federal de Enfermagem (COFEN) tem como resolução N.º 271, em 12 de julho de 2002, que determina ações do enfermeiro na consulta, prescrição de medicamentos e requisição de exames. O enfermeiro tem liberdade de escolha dos medicamentos e indicação de como se deve tomá-lo, sendo responsável pelos atos cometidos. Dessa maneira, a prescrição de medicamento é uma ação de enfermagem quando realizados pelos enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família (ESF).

Assim, entre as medidas gerais e

específicas de prevenção das parasitoses que devem ser orientadas a toda população pelo enfermeiro pode-se ressaltar (i) lavar as mãos antes das refeições, antes de manipular e preparar alimentos, antes do cuidado de crianças, após utilizar o banheiro ou trocar fraldas; (ii) andar sempre com os pés calçados; (iii) cozinhar bem os alimentos; (iv) lavar com água potável os alimentos que são consumidos crus e se possível deixá-los de molho por 30 minutos em hipoclorito de sódio a 2,5% (LOPES; PERES, 2010).

Lopes e Peres (2010) ressaltam, ainda, que beber água filtrada, manter limpa a casa e seu quintal, impossibilitando a presença de possíveis hospedeiros, higiene adequada das mãos (unhas limpas e aparadas) e não as colocar na boca, não deixar que as crianças brinquem em terrenos oportunos, com lixo ou água imprópria também são consideradas medidas de prevenção e controle de infecções parasitárias intestinais.

A atuação do enfermeiro diante das parasitoses intestinais deve ser antes de tudo preventiva, centrada na vigilância e controle destas doenças, por meio do desenvolvimento de diversas atividades, especialmente para a educação em saúde, assessorando o indivíduo e a coletividade, garantindo desse modo melhorias na qualidade de vida da população acolhida (LEPARGNEUR, 1996).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfermeiro, como coordenador da ESF, é o responsável para que aconteçam mudanças no perfil de saúde da população, assim a enfermagem pode atuar na presença de parasitoses intestinais, de maneira criativa e autônoma, ou por meio da educação em saúde, ou na promoção e até mesmo na reabilitação da saúde dos indivíduos infectados por estas doenças. Assim como é preciso que estes profissionais busquem cada vez mais capacitação no tocante ao conhecimento a respeito das parasitoses intestinais.

REFERÊNCIAS

ARAUJO FILHO, H. B. et al. Parasitoses intestinais se associam a menores índices de peso e estatura em escolares de baixo estrato socioeconômico. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 29, n. 4, p. 521-528, 2011.

ASSANDRI, E. F. et al. Anemia, estado nutricional y parasitosis intestinales en niños pertenecientes a hogares vulnerables de Montevideo. *Arch. Pediatr. Urug*, v. 89, n. 2, p. 86-98, 2018.

BELO, V. S. et al. Fatores associados à ocorrência de parasitoses intestinais em uma população de crianças e adolescentes. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 30, n. 2, p. 195-201, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Centro Nacional de Epidemiologia. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia prático do programa saúde da família. Departamento de Atenção Básica. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. 1. ed. atual. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_volum_1.pdf>. Acesso em: 1 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CINTRA, S. M. P. Prevalência de anemia

- e suas relações entre mães e filhos pré-escolares em um município de elevado Índice de Desenvolvimento Humano. 2018. 93f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FELIPE, G. F. Educação em saúde em grupo: olhar da enfermeira e do usuário hipertenso. 2011. 173f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.
- FERREIRA, M. U.; FERREIRA, C. S.; MONTEIRO, C. A. Tendência secular das parasitoses intestinais na infância na cidade de São Paulo (1984-1996). *Rev Saúde Pública, São Paulo*, v. 34, n.6, p. 73-82, 2000.
- FERREIRA, R. M. M et al. Estratégia Saúde da Família. *IJOPD*, p. 1:5, 2018. Disponível em: <<https://aepub.com/ijpd-2018-0105/>>. Acesso em: 16 set. 2020.
- INSTITUTO TRATA BRASIL. Base de dados de 2015, SNIS – Sistema Nacional de Informações de Saneamento. Ranking do saneamento das 100 maiores cidades – 2017. Disponível em: <<http://www.trata-brasil.org.br/component/estudos/itb/ranking-do-saneamento-2017>>. Acesso em: 16 set. 2020.
- KEBIAN, L. V.; OLIVEIRA, A. S. Práticas de cuidado de enfermeiros e agentes comunitários de saúde da estratégia saúde da família. *Ciência, Cuidado e Saúde*, v. 14, n. 1, p. 893-900, 2015.
- LEPARGNEUR, H. Qualidade de Vida e Educação. *Rev. O Mundo da Saúde*, v. 20, n. 5, p. 175-182, 1996.
- LOPES, L. F.; LOPES, P. E. C. Incidência de parasitoses humanas diagnosticadas no município de Rosário do Sul/RS. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental REGET – CT/UFMS*, v. 1, n. 1, p. 41-46, 2010.
- MACEDO, H. S. Prevalência de parasitoses e comensais intestinais em crianças de escolas da rede pública municipal de Paracatu (MG). *RBAC*, v. 37, p. 209-213, 2005.
- MAIA VILAR, M. E. Parasitoses intestinais em Moreré, Ilha de Boipeba, arquipélago de Tinharé - Bahia, 2016. 2017. 78f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- MOTA, M. E. F. A.; SILVA, G. A. S. Diarreia por parasitas. *Revista Brasileira Saúde Materno infantil, Recife*, v. 2, n. 2, p. 117-127, maio-ago., 2002.
- NICHOLLS, S. Parasitismo intestinal y su relación con el saneamiento ambiental y las condiciones sociales en Latinoamérica y el Caribe. *Biomédica*, v. 26, n. 4, p. 496-497, 2016.
- NORBERG, A. N. et al. Protozoários e helmintos em interação com idosos albergados em lares geriátricos no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Revista UNIABEU*, v. 7, n. 16, p. 103-112, 2014.
- PRADO, M. S. Prevalência e intensidade da infecção por parasitas intestinais em crianças na idade escolar na Cidade de Salvador (Bahia, Brasil). *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 34, n. 1, p. 99-101, jan-fev, 2001.
- RANDON, Y. F. Estratégia educativa para a redução do parasitismo intestinal na área de abrangência do PSF Ana Rosa, Bom Despacho, Minas Gerais. 2016. 28f. Tese (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família) – Universidade Federal de Minas Gerais, Bom Despacho.
- ROSSI, G. A. M. et al. Zoonoses parasitárias veiculadas por alimentos de origem animal: revisão sobre a situação no Brasil. *Arquivos do Instituto Biológico, São Paulo*, v. 81, n. 3, p. 290-298, 2014.

TEIXEIRA, P. A. Conhecimentos sobre parasitoses intestinais como estratégia para subsidiar ferramentas de educação em saúde. 2016. 81f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

WORLD HEALTH ORGANIZATION.

Eliminating soil-transmitted helminthiasis as a public health problem in children. Progress Report 2001-2010 and Strategic Plan 2011-2020. Geneva: WHO; 2012. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44804/1/9789241503129_eng.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.